

Edvalter Becker Holz

Universidade Federal do Espírito Santo

(UFES, Brasil)

edvalterholz@gmail.com

**PESQUISA ERGOLÓGICA: CIENTIFICIDADE, COERÊNCIA,
PARADIGMA E ARTICULAÇÃO CONCEITUAL**

**ERGOLOGICAL RESEARCH: SCIENTIFICITY,
COHERENCE, PARADIGM DEVELOPMENT AND
CONCEPTUAL LINK**

RESUMO

Trata-se de um ensaio teórico que apresenta quatro pontos carentes de reflexão e aprofundamento na literatura ergológica: cientificidade, coerência, paradigmática e articulação conceitual. Os pontos são apresentados em forma de questionamentos principais, a partir dos quais se desdobram reflexões e novos questionamentos. O ensaio não busca respostas prontas e fechadas e não tem a pretensão de se constituir um resumo, mas se apoia em devido e coerente aporte teórico. É um trabalho relevante para os Estudos Organizacionais, uma vez que a Ergologia vem sendo utilizada por pesquisadores desta área, mas sem dirigir-se especificamente a ela, pois se trata de uma abordagem pluridisciplinar. Traz elucidações importantes, porém com intuito de gerar novos questionamentos e reforçar a necessidade de aprofundamento sobre as mesmas. Assim, as considerações finais não são propriamente conclusivas, reforçando a necessidade de cuidado epistemológico, mas ressaltando o lado inantecipável da abordagem.

Palavras-Chave: Trabalho; Ergologia; Estudos organizacionais; Psicologia do trabalho; Subjetividade.

ABSTRACT

This is a theoretical essay which brings up four points in need of reflections and deepening in the ergological literature: scientificity, coherence, paradigm development and conceptual link. The points are presented in form of main questions, from which reflections and new questions are made. The essay is constructed without seeking ready-made answers and it does not claim to construct a theoretical summary, still, it relies on due and coherent theoretical framework. It is relevant to Organization Studies, since Ergology has been used by researchers from this area, but without steer specifically to that, once Ergology is a multidisciplinary approach. It brings important explains, but with the aim of generate new questions and reinforce the need for deepening about them, so the final considerations are not exactly conclusive: reinforce the need for epistemological careful but make note the approach side which cannot be reached early.

Keywords: Work; Ergology; Organizational studies; Work psychology; Subjectivity.

Universidade Federal do Espírito Santo

Endereço

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras
29.075-910, Vitória-ES
gestaoeconexoes@gmail.com
gestaoeconexoes@ccje.ufes.br
<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm>

Coordenação

Programa de Pós-Graduação em Administração
(PPGADM/CCJE/UFES)

Artigo

Recebido em: 15/01/2013
Aceito em: 04/03/2013
Publicado em: 23/09/2013

1. INTRODUÇÃO

Ao funcionalismo que tradicionalmente guia os Estudos Organizacionais, novas abordagens têm se contraposto, conquistando adeptos que concentram seus esforços em desenvolver formas alternativas de se compreender, descrever e/ou explicar os fenômenos que ocorrem no mundo das organizações. É nessa proposta que a abordagem ergológica vem sendo apontada por alguns pesquisadores dos Estudos Organizacionais – como Souza e Bianco (2007), Machado et al. (2007), Lima e Bianco (2009) e Mezadre e Bianco (2012) – como uma nova perspectiva de análise do trabalho humano realizado nas organizações.

Esclarece-se que a referida abordagem emerge a partir de uma série de estudos pluridisciplinares a respeito de situações de trabalho em fins dos anos 1970 e início dos 1980 na França (ATHAYDE; BRITO, 2011), sendo hoje reconhecida como “um projeto de melhor conhecer e, sobretudo, de melhor intervir sobre as situações de trabalho para transformá-las” (SCHWARTZ, 2010b, p. 37). Suas principais fontes inspiradoras, conforme relatam Athayde e Brito (2011), são: uma linhagem no campo da filosofia da vida; a etnologia da Pré-História; e a Ergonomia da Atividade. A pesquisa ergológica, sem objetivar modelos de análise única, concebe o trabalho como um misto de aspectos técnicos com ação humana, numa relação repleta de singularidades frente às demandas do mundo laboral.

A Ergologia propõe debater um outro ponto de vista no mundo organizacional: o ponto de vista do trabalho, particularmente ausente nas empresas (DURAFFOURG; DUC; DURRIVE, 2010b). Para tanto, a perspectiva ergológica constitui-se com base em quatro pressupostos: pensar o geral e o específico, segundo a dialética entre o universal e o singular; visar a articulação entre as diversas disciplinas e, sobretudo, a interrogação sobre seus saberes; encontrar em todas as atividades situadas as normas antecedentes e as variabilidades, as normas que se impõem e aquelas que se instauram; e promover um regime de produção de saberes sobre o humano, pois o encontro sempre histórico entre os dois saberes (científicos e práticos) não pode ser antecipado, sendo sempre uma descoberta (BRITO, 2004). Também quatro proposições são formuladas para guiar as análises ergológicas, esclarecidas por Schwartz (2010b): existe sempre uma distância entre o trabalho prescrito e o realizado; esta distância é sempre ressingularizada; a entidade que conduz e arbitra essa distância é uma entidade simultaneamente “alma” e corpo; e a arbitragem mobiliza um complexo de valores, sendo que o trabalho é sempre encontro de valores.

Entretanto, por se tratar de uma abordagem pluridisciplinar, as pesquisas que surgem são não apenas de diferentes áreas, mas também de diferentes filiações epistemológicas e metodológicas, do que decorre um problema: a despeito do lado positivo da pluridisciplinaridade – ampliar a visão sobre o objeto de estudo –, o ecletismo epistemológico e metodológico por parte dos pesquisadores faz com que a produção científica em questão, quando lida no conjunto, apresente pontos que, em alguns aspectos, rumam a divergências. Posto isso, o presente artigo objetiva, de modo geral, fomentar discussões epistemológicas e metodológicas sobre a prática da pesquisa ergológica, uma vez que esse tipo de debate merece e deve receber tanta relevância quanto a abordagem da qual elas são palco, a fim de adquirir respeito e aceitabilidade da comunidade acadêmica.

Para tanto, como objetivos específicos, são apresentados e discutidos questionamentos concernentes à pesquisa ergológica, elaborados a partir de quatro pontos que aparecem, indiretamente, por vezes de modo contraditório, ambíguo ou divergente entre as pesquisas publicadas no Brasil nos últimos anos. São pontos para os quais os pesquisadores necessitam se atentar durante a prática da pesquisa ergológica e funcionam ainda uma agenda para novos debates. O primeiro indaga o que seria a cientificidade do conhecimento produzido pela Ergologia e aponta que, mesmo com caráter científico, o conhecimento ergológico parece rumar para a forma de conhecimento emergente especulada por Santos (1988). O segundo trata de como uma pesquisa ergológica pode ser considerada coerente, mesmo com a utilização de diferentes instrumentos de coleta e análise de dados, e revela a necessidade de um embate entre duas exigências, aparentemente contraditórias: exigência epistêmica e exigência ergológica. O terceiro põe em xeque uma possível “paradigmatização” da Ergologia, ressaltando seu caráter transversal e pluridisciplinar. O último exercita uma injunção dos conceitos ergológicos a partir de três aspectos centrais: o meio de vida; o meio de aprendizagem; e a relação entre os saberes.

Os questionamentos, apesar de discutidos com respaldo teórico de Yves Schwartz e de outros pesquisadores franceses e brasileiros, são aqui colocados não com intuito maior de encontrar respostas e afirmações fechadas, mas sim de demarcar perguntas que orientem os pesquisadores para reflexões aprofundadas. É preciso não perder de vista que a Ergologia se constrói e reconstrói de forma autorreflexiva, uma vez que seu aporte conceitual deve sempre ser confrontado com os saberes provenientes dos coletivos de trabalho, e estes não param de renormalizar.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo constitui-se num ensaio teórico, modalidade de texto cujas características essenciais são: não almeja uma construção fechada, indutiva ou dedutiva; possui natureza reflexiva e interpretativa; apresenta originalidade na argumentação, que consiste em consolidar um movimento de dialética; busca novidade, ineditismo, sair da razão e da argumentação padronizada; sua argumentação não é uma busca desmedida de verdade; renuncia respostas prontas; não necessita apresentar conclusões afirmativas, uma vez que os questionamentos, em forma de reflexões e de novas perguntas, são mais relevantes do que conclusões que estabelecem o marco final e definitivo; e constitui-se numa sistematização de um movimento permanente de reflexão, que se constrói a partir da relação dúvida, pergunta, reflexão, identidade, não-identidade e nova dúvida (MENEGHETTI, 2011).

Os questionamentos foram elaborados a partir de uma revisão de literatura, cujo intuito foi identificar aspectos carentes de reflexões e aprofundamento. Emergiram quatro pontos-chave: cientificidade, coerência, paradigma e articulação conceitual. Em torno deles elaboraram-se perguntas diretas e simples, que foram desdobradas em reflexões, busca por elucidações e ainda novos questionamentos. O artigo não é direcionado especificamente aos Estudos Organizacionais, uma vez que a abordagem ergológica é pluridisciplinar, mas faz-se relevante para essa área, tendo em vista o objeto de investigação central da Ergologia: o trabalho humano, presente em todo tipo de organização. Ratifica-se ainda a Ergologia como perspectiva analítica alternativa para pesquisadores da área organizacional. Esclarece-se também que os neologismos encontrados no texto (como “renormalização”, “inanteipável”, “territorizado”, entre outros) são termos correntes na literatura ergológica traduzida para o Português.

3. A ERGOLOGIA É CIENTÍFICA?

O perigo da resposta a essa pergunta reside, talvez, na certeza. Se “sim”, corre-se o risco de perder de vista que “a abordagem ergológica se funda num ponto de vista antropológico” (DURRIVE, 2011, p. 50), deixando assim a pesquisa ser conduzida pela desaderência, ou seja, pela “distância que o espírito humano é capaz de tomar em relação ao que acontece, às circunstâncias nas quais ele se acha ancorado num dado momento” (DURRIVE, 2011, p. 47), sob pretensão ou pretexto de uma cientificidade neutra. Isso colocaria em xeque a pedra angular de uma abordagem ergológica, uma vez que se perderia de vista que toda atividade humana – e não só a laboral, mas também a

intelectual – faz-se em filigrana: um misto entre o planejado, o pré-tratado no plano conceitual, o “pré-escrito”, e as singularidades com as quais o pesquisador se deparará no decorrer da pesquisa, um decorrer que é um “aqui-agora” inantecipável, pois se faz num tempo e num espaço infiltrados pela história então feita e pelo devir da pesquisa. Fazer Ergologia é, antes de tudo, incomodar-se intelectualmente com esse enfrentamento e atentar-se para as singularidades que permeiam. Assim, uma abordagem ergológica revestida de um manto científico que propicie uma comodidade ou uma certeza de neutralidade é, desde cedo, vestígio de problema.

Mas, por outro lado, se a resposta é “não”, então corre-se o risco de cair num “subjetivismo” completo que não encontra sua porção de legitimidade, de respeito acadêmico, se assim se pode colocar. Analisar a atividade humana e falar de suas singularidades não é simplesmente conjecturar com base nos resíduos e penumbras da aderência, ou seja, fixar-se nas singularidades locais e temporais, sem atentar-se para a norma própria de toda ética científica. Nesse sentido, o pesquisador deve sempre ter em mente a construção de seu projeto como uma “ambição argumentativa por meio de arquiteturas reguladas e coerentes, características dos conjuntos conceituais” (SCHWARTZ, 2002, p. 136) e, para isso, “o pesquisador deve levar em conta seus juízos de valor pessoais e estabelecer uma demarcação graças a uma linguagem e a procedimentos científicos” (BRUYNE et al., 1987, p. 33), uma vez que a pesquisa se dá num campo de valores sociais e individuais. Em outros termos, analisar a atividade é tanto fortalecer-se conceitualmente quanto falar das singularidades que os conceitos não predisseram.

Mas considerar ambas as respostas seria então articular o singular com o geral? E ainda articular tanto as infiltrações inantecipáveis como os conceitos coerentes e previamente trabalhados? E o que seria então cientificidade em Ergologia?

Partindo da questão da cientificidade em Ciências Sociais, poderíamos dizer que ela é polêmica e até então sem uma dita resolução consensual. Podemos dizer que a própria noção de “cientificidade” é instável ou problemática, uma vez que “não se conseguiu, até agora, formular a ideia de cientificidade [...] de maneira satisfatória e admitida por todos” (LADRIÈRE, 1987, p. 15). Por exemplo: “para Aristóteles, a ciência era o conhecimento dos fenômenos do cosmo, pelas suas causas. Tratava-se de argumentações racionais e não de verificar pela experiência os enunciados sobre os fatos” (ARAÚJO, 1993, p. 27). Já a ciência moderna, segundo a autora, é inaugurada quando o método demonstrativo é substituído pelo método experimental, sendo a cientificidade aí atrelada à mecânica e à matemática, e não mais à razão demonstrativa.

Disso poderíamos sustentar como justificável uma recusa por parte das Ciências Sociais em se submeter ao método científico dito “normal”, mas ainda assim elas não raramente são acusadas de comprometer sua pretensão de cientificidade. Independentemente do que se postule, elas se veem de certo modo impedidas de se submeter a ele, pois isso requereria, obviamente, excluir o homem de seu universo. Portanto, não poderíamos vislumbrar como o mais próximo de um caminho de saída desse embate – pelo menos no que concerne à Ergologia – uma postura de não querer absolutizar o caráter “científico” nas ciências do homem? Uma saída, então, seria o estudioso da atividade negar-se a aceitar uma exigência de se submeter a uma perspectiva positivista de ciência como conhecimento, a saber: válido, objetivo, metódico, preciso, perfectível, útil e necessário, que combine raciocínio e experiência, que busque leis gerais e teorias, que seja explicativo e prospectivo (CUPANI, 1985).

Mas se o pesquisador processe assim, ou seja, se não adota tal perspectiva, que cuidados deve tomar para não incorrer em “subjetivismos” infundados e não pertinentes, tratando-se da abordagem ergológica?

Antes de tudo, seria necessário postular como imprescindível a reflexão epistemológica e metodológica, uma vez que a demanda ergológica, “mesmo tendo como objetivo construir conceitos rigorosos, deve indicar nestes conceitos como e onde se situa o espaço das (re)singularizações parciais, inerentes às atividades de trabalho” (SCHWARTZ, 2000, p. 45-46). Trata-se de uma desaderência: um uso sadio dos conceitos cada vez que se tratar de pensar a atividade dos homens; verificar que a modelização proposta – que neutraliza os debates de normas por uma distância de valores estabelecidos localmente – se preocupa regularmente com as renormalizações (DURRIVE, 2011). Contudo, essa desaderência, conforme ressalta o autor, é incapaz de levar em conta sozinha a atividade humana, pois toda ela sempre é unida a uma vida em aderência, ou seja, está em relação com o mundo dos valores.

Analisar a atividade é, portanto, dar conta não apenas de construir um *corpus* conceitual consistente, coerente e argumentativo, mas também remetê-lo ao real daqueles que constroem seus saberes no curso de suas atividades, confrontando-os a fim de gerar a compreensão pertinente desejada. E podemos ainda assim dizer que esse processo tem seu lado científico?

Para Araújo (1993, p. 15), na conceituação da ciência devem ser considerados três fatores: 1) toda ciência compõe-se de um conjunto de hipóteses e teorias resolvidas e a resolver; 2) possui objeto próprio de investigação que é um determinado setor da

realidade recortado para fins de descrição e explicação; 3) possui um método, sem o qual as tarefas anteriores seriam impraticáveis.

Respectivamente, a Ergologia: 1) constrói suas abordagens metodológicas em torno de hipóteses centradas no âmbito do trabalho e da atividade (NOUROUDINE, 2011) e constitui-se a partir de quatro conclusões gerais, que atravessam todas as situações humanas de trabalho, a saber: existe sempre uma distância entre o trabalho prescrito e o realizado; esta distância é sempre ressingularizada; a entidade que conduz e arbitra essa distância é simultaneamente alma e corpo; e a arbitragem mobiliza um complexo de valores – o trabalho é sempre encontro de valores (SCHWARTZ, 2010b); 2) tem como objeto de investigação o trabalho humano, compreendido como uma atividade humana, sendo que “o princípio epistemológico central na produção de saber sobre a atividade humana reside na dialética entre a norma antecedente e a renormalização” (NOUROUDINE, 2011, p. 79); 3) na sua busca por extrair as consequências do conceito de atividade e de melhor compreender o que é atividade, utiliza como método um dispositivo dinâmico de três polos, sendo que o primeiro polo é a colaboração entre as disciplinas, o segundo refere-se à colaboração com os protagonistas ativos do trabalho e o terceiro polo compreende a confrontação – ética e epistemológica – dos outros dois (LIMA; BIANCO, 2009). Esse dispositivo dinâmico apresenta duas virtudes importantes: “[...] ele neutraliza as manifestações etnocêntricas que levam a qualificar como informal, de imediato, qualquer atividade que não seja mercantil [...]”; e pode “[...] favorecer uma produção de saberes sobre as atividades humanas que podem ser investidos nos projetos de desenvolvimento adaptados às realidades locais dos coletivos de vida em questão” (NOUROUDINE, 2011, p. 81-82).

Dadas essas correlações, podemos, então, postular um caráter científico à Ergologia? Esse questionamento é relevante e abre as portas para outros, também necessários: a postura epistemológica e metodológica da pesquisa é harmônica com o constructo ergológico? O possível caráter científico atribuído é regido por uma exigência filosófica que cobra a demonstração de onde e quando se situam as ressingularizações parciais? Esse possível caráter de cientificidade está impregnado por um caráter antropológico? Prevalece o duplo conceito aderência/desaderência? Esses são questionamentos que o pesquisador, ao utilizar a abordagem ergológica, deverá, incansavelmente, buscar responder e questionar outra vez, num processo inacabável.

Ao lado da preocupação com os aspectos científicos, o pesquisador deve levar consigo que a Ergologia sofre influência do conceito Comunidade Científica Ampliada, termo que expressa o encontro entre os profissionais do conceito e os portadores da

experiência do trabalho no contexto das lutas operárias em prol do direito à saúde nos ambientes de trabalho (BRITO; ARANHA, 2011). Essa configuração reforça o confronto entre os portadores do conhecimento conceitual e os trabalhadores, detentores do patrimônio vivo das atividades de trabalho (SCHWARTZ, 2000). Em outros termos, a preocupação relacionada aos aspectos científicos da pesquisa da atividade deve ser submetida à preocupação relativa à acareação com os trabalhadores e seus saberes. Isso é fundamental.

Agindo assim, fazer Ergologia será “[...] uma tentativa de se tornar protagonista ativo no mundo em que vivemos” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a, p. 264). Disso, poderíamos, por acaso, indagar se a Ergologia, antes de uma ciência, pretende-se muito mais constituir-se como uma tentativa de produção de conhecimento que rumo à forma de conhecimento emergente especulada por Santos (1988, p. 13), a saber, “[...] um conhecimento prudente para uma vida decente”? Nesse sentido, o autor afirma que: todo conhecimento científico-natural é científico-social; todo conhecimento é local e total; todo conhecimento é autoconhecimento; todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum. Essa forma de conhecimento tende a ser “[...] um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das [...] contradições da separação ciências naturais/Ciências Sociais” (SANTOS, 1988, p. 14).

Por sua vez, o conhecimento produzido pela abordagem ergológica reconsidera a distinção entre “ciências da natureza” e “ciências humanas” (SCHWARTZ, 2002), possui um ponto de vista total e outro singular, sendo que ambos têm sua parte de legitimidade (SCHWARTZ, 2002), permanece ligado à vida, sendo em relação a um problema de vida que ele faz sentido (DURRIVE, 2011) e busca melhor conhecer a atividade para melhor intervir sobre as situações de trabalho a fim de transformá-las (SCHWARTZ, 2010b).

Podemos fazer essas correlações? Se “sim”, quais demais implicações decorrentes devemos buscar compreender e explicar? Esses questionamentos devem permanecer abertos, como pano de fundo, e o pesquisador da atividade deve tê-los em mente. Poderíamos resumir na seguinte pergunta: que tipo de conhecimento é produzido pela pesquisa de abordagem ergológica?

O objetivo aqui não é trazer respostas prontas, mas provocar desconforto intelectual também na fase das elaborações teóricas. Esse desconforto deve ainda estender-se e acentuar-se na fase “prática” da pesquisa, a confrontação com os trabalhadores, uma vez que os conceitos são fracos e, por eles mesmos, não explicam certas dimensões enigmáticas da atividade.

Mas diante de tal desconforto, como saber se a pesquisa “caminha em terra firme”? Como podemos saber se a compreensão obtida é relevante, consistente? Como podemos conduzir esses entrecruzamentos difíceis com a convicção de que chegaremos a um ponto que, mesmo inantecipável, terá sua parte de contribuição intelectual, acadêmica, e ainda sua legitimidade? Esses são questionamentos que o pesquisador deverá ter em mente antes de iniciar seu projeto. O ponto de partida para compreendê-los e mesmo elaborá-los interiormente está nas duas disciplinas, ou duas exigências, que deverão conduzir sua pesquisa, independentemente dos instrumentos de coleta e análise de dados que ele escolher utilizar: exigência ergológica e exigência epistêmica.

4. COMO CONDUZIR UMA ABORDAGEM ERGOLÓGICA DE MODO COERENTE?

A abordagem dos processos ergológicos, aqui entendidos como as atividades vivas em geral, sempre entrecruzadas por uma história coletiva e um itinerário singular e imersas no mundo dos valores em debates incessantes, deve ser regulada epistemologicamente (SCHWARTZ, 2002). Para o autor, a Ergologia só se torna eficiente ao se tornar epistêmica; entretanto, a Epistemologia, enquanto implementação, é um processo ergológico. Mas então a relação que se estabelece da regulação necessária ao bom andamento da pesquisa é circunscrita a partir de um paradoxo?

É preciso considerar que a Epistemologia define conhecimento como a crença verdadeira e justificada, sendo que a razão para acreditar deve ser satisfatória à luz de algum critério (GRAYLING, 1996). Buscando estabelecer as Ciências Sociais dentro de certo rigor (BRUYNE et al., 1987), tais critérios podem gerar alguma crise dentro das mesmas, uma vez que se torna difícil apontar quais seriam aqueles mais adequados e como eles poderiam ser satisfeitos. Posto isso, no que concerne a pesquisas com fins de conhecer ou intervir sobre situações históricas – e toda atividade humana desenvolve-se num contexto histórico –, a investigação deve ser conduzida por duas exigências, muito diferentes e não hierarquizadas: uma “ergológica”, que “almeja processos movidos por atividades humanas”; e outra “epistêmica”, que “[...] visa objetos que ‘não fazem história’ (embora essa visada opere num mundo histórico)” (SCHWARTZ, 2002, p. 126).

Aquilo que se busca apreender nas ou das atividades humanas com fins de conhecimento ou intervenção impõe procedimentos de abordagem ajustados à sua matriz de historicidade, o que faz com que a exigência ergológica mencionada não seja “[...] um campo de saber específico, mas uma norma à qual a ambição intelectual deve se propor ao lidar com esse tipo de processo” (SCHWARTZ, 2002, p. 135). O autor esclarece ainda que tal norma pressupõe que o material intelectual antecedente à leitura ergológica que

se desenrolará não deve findar na preocupação com o *corpus* conceitual, pelo contrário, é preciso haver aprendizado contínuo e ter a preocupação de ir ao encontro da história, uma vez que esse encontro modifica os conhecimentos adquiridos. O desconforto em relação às ferramentas conceituais, resultante desse constante reensinamento dos debates de normas que configuram os meios de vida, adverte o autor, requer uma forte dose de humildade.

Por sua vez e considerada essencial, a exigência epistêmica deve surgir para regular a abordagem dos processos ergológicos, visando uma ambição argumentativa regulada e coerente característica dos conjuntos conceituais (SCHWARTZ, 2002). Para isso, ela requer “[...] que as circunstâncias individuais, históricas da demonstração e da validação experimental se esvaeçam diante da generalização e da reprodutibilidade”, sendo necessário “[...] neutralizar primeiro os resíduos e o histórico para validar o uso de conceitos que servirão para argumentar [...]”, além de impor “[...] uma caça às avaliações mal postas, aos juízos de valor que interferem com as coerções formais e experimentais”, requerendo ainda que o pesquisador se descentre de seus próprios debates de normas para recentrar-se nas coerências conceituais em estudo (SCHWARTZ, 2002, p. 137). Essa posição descentrada, para Bruyne et al. (1977, p. 28, grifo dos autores), “[...] é indispensável à *autonomia da pesquisa*, isto é, à sua exigência interna de desenvolvimento e de autocontrole”. Schwartz (2002) esclarece ainda que a exigência epistêmica proíbe, assim, a manipulação de valores imanentes às atividades, visando uma “exterritorialidade”, que anula a história, a começar pela do próprio pesquisador, a fim de se conseguir coerência no plano conceitual/experimental.

Mas essas duas exigências não parecem em grande medida incompatíveis, até paradoxais? Sim, parecem, mas os processos ergológicos não se desdobram nem são encontrados se não estiverem penetrados pela exigência epistêmica, ponto de partida das reflexões, uma vez que “[...] a atividade humana não para de capitalizar, de socializar mais ou menos [...], por meio de conceitos ou aprendizagens estabilizadas, a experiência que ela faz de suas novas configurações de vida, de atividade, de trabalho” (SCHWARTZ, 2002, p. 139). Em contrapartida e de modo recíproco, a implementação da exigência epistêmica é ela mesma uma atividade, um processo ergológico dependente de redes sociais, de ideologias e de pressões para publicar que conduzem a um “realismo cognitivo” ambíguo, uma vez que ela está totalmente imersa no meio social; ela é uma atividade e, como tal, “[...] se confronta com variabilidades, escolhas a serem feitas, valores imanentes e re-tratados, ‘dramáticas de uso de si’; ela se desenvolve num meio histórico cuja lei ela não domina” (SCHWARTZ, 2002, p. 141) e “[...] não escapa aos conflitos políticos e sociais” (TOURAINÉ apud BRUYNE et al., 1977, p. 31). Diante dessas

tensões, para Schwartz (2002), o ajuste – provisório e parcial – entre o mundo e o discurso científico sobre o mundo se dá como um acordo inicial perpetuamente reconduzido, sendo que a dualidade de cada ponto de vista tem sua parte de legitimidade, não havendo solução definitiva.

Para o autor, a exigência epistêmica irá, portanto, polemizar com as aderências históricas e os resíduos de singularidades. Ignorá-la significa “[...] recorrer à astúcia diante das coerções da ambição de conhecer, derivar o rumo ao obscurantismo [...], onerar a tendência de uma coletividade humana a construir conceitualmente os recursos e as regras de seu viver junto” (SCHWARTZ, 2002, p. 143). A exigência ergológica, por sua vez, limita o poder epistêmico no campo ergológico, amenizando o risco de uma deriva manipuladora. Ignorá-la significa “[...] valorizar a prática de um parecer que mascara suas próprias escolhas de valores, tornar opacas as dimensões propriamente recriadoras de nossos semelhantes [...]” (SCHWARTZ, 2002, p. 143).

É preciso lembrar ainda que “[...] os valores culturais inerentes à sociedade impõem ao pesquisador a escolha de suas problemáticas, dos temas que ele aborda [...]” e que “[...] nenhuma prática científica funciona fora do conjunto de práticas sociais” (BRUYNE et al., 1987, p. 32-33). Podemos ressaltar ainda que “[...] existe uma continuidade entre o pensamento científico e o senso comum” (ALVES, 2006, p. 18). Considerando esses aspectos, aqui resumidos, na abordagem ergológica, o terreno da epistemologia, para Schwartz (2001, p. 147), é deslocado fundamentalmente pelo triângulo “valores, saberes e atividade”, sendo que uma boa definição de postura epistemológica, de acordo com o autor, poderia ser a prática de “[...] mostrar lugares escondidos, lógicas internas que não aparecem, filiações e rupturas históricas nos sistemas conceituais e remetê-los eventualmente a complexos de valores e de escolhas”.

Podemos dizer então que uma forma de saber se a pesquisa ergológica “caminha bem, obrigado” é a existência de um impasse, uma fonte constante de tensão e desconforto: há, por um lado, uma necessidade reguladora de neutralizar o histórico para validar conceitos argumentativos, que implica uma caça a avaliações mal feitas e a juízos de valor, sendo exercitada como uma busca incessante de exterritorialidade, um descentramento do pesquisador; por outro lado, há uma necessidade de apreensão das singularidades, de tudo o que é histórico nos meios de vida e nos debates de normas, uma busca por enxergar o lado singular e as aderências daquilo que se busca conhecer e também da pesquisa em si. A tensão provocada não deve findar, uma vez que não há solução terminante para esse conflito. São forças opostas, não hierárquicas e cujo

resultado é o bom andamento da pesquisa. Poderíamos, assim, pensar que a “qualidade” da pesquisa ergológica é proporcional à intensidade do duelo entre essas forças?

5. PARADIGMA ERGOLÓGICO OU ABORDAGEM TRANSVERSAL?

Em suas *Reflexões epistemológicas sobre a ergologia*, Brito (2006, p. 3, grifos do autor) assinala que “[...] a Ergologia nos apresenta o conceito de *atividade humana* que pode ser interpretado como expressão de *paradigma*”, propondo assim uma noção de “paradigma-teoria da disciplina ergológica”. Devemos questionar: seria essa ideia condizente com a proposta da abordagem ergológica? Quais consequências adviriam de uma “paradigmatização” da Ergologia? Epistemologicamente falando, é possível pensar num “paradigma ergológico”?

De início, podemos questionar o fato de haver nessa proposta uma possível contradição ou incompatibilidade, uma vez que Kuhn (1978), ao propor a noção de paradigmas, defende que as Ciências Sociais se encontram em estado pré-paradigmático, enquanto as ciências naturais desenvolveram seu conjunto de princípios e teorias sobre a estrutura da matéria aceito por toda a comunidade científica sem discussão, conjunto este designado “paradigma”. Além da distinção feita pelo autor entre ciências naturais (paradigmáticas) e Ciências Sociais (pré-paradigmáticas), Kuhn (1987) afirma que não há possibilidade de dois paradigmas coexistirem numa mesma ciência – isso a levaria ao estado pré-paradigmático. Sabendo que tal unicidade que caracteriza o estado paradigmático não se faz presente nas Ciências Sociais, associar esse termo à abordagem ergológica é, minimamente, algo complicado, confuso e conflituoso epistemologicamente falando. Necessitaríamos de mais esclarecimentos do que seria esse “paradigma-teoria da disciplina ergológica”.

Contudo, alguns poderiam ainda redarguir que o termo “paradigma” não é utilizado apenas no sentido kuhniano citado anteriormente, mas também dentro de uma mesma ciência, inclusive dentro das Ciências Sociais, para designar suas divisões internas de correntes “incomensuráveis”. Podemos tomar como exemplo a taxonomia de Burrell e Morgan (1979), que divide os Estudos Organizacionais em quatro paradigmas: humanismo radical; estruturalismo radical; interpretativismo; e funcionalismo. Os autores defendem a ideia de que os Estudos Organizacionais devem compreender um conjunto de opções não relacionadas de áreas de estudo, ou seja, “paradigmas”, que devem desenvolver-se separadamente, dada a incomensurabilidade paradigmática (diferenças de linguagem que impossibilitam a comunicação entre eles). Seria possível

aplicar esta ideia de incomensurabilidade também à abordagem ergológica e fazer dela um “paradigma-teoria”?

Longe de pretender dar uma resposta conclusiva, devemos pelo menos considerar o Princípio da Caridade, de Davidson (2001), que argumenta que só se pode afirmar a diferença entre esquemas conceituais se houver um sistema coordenado no qual compará-los. Ou seja, só se pode diferir tomando por base uma semelhança abarcadora, o que iria de encontro à própria hipótese da incomensurabilidade. Assim, caso não possa haver uma conversação mínima entre duas teorias, sequer poder-se-ia afirmar que há incomensurabilidade, dada a diferença de significados das sentenças de ambas. E se não podemos falar em paradigmas teóricos sem discordância, por que deveríamos buscar “paradigmatizar” a Ergologia?

Ora, sabemos, de forma rica e clara, que a Ergologia é: uma perspectiva “[...] que ilumina a vertente oculta da **relação entre** experiência e conhecimento” (DURRIVE; JACQUES, 2010, p. 310, grifo nosso); um “[...] projeto de melhor conhecer e, sobretudo, de melhor intervir sobre as situações de trabalho, para transformá-las” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 25); “[...] a **aprendizagem permanente** dos debates de normas e de valores que renovam indefinidamente a atividade: é o desconforto intelectual” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 30, grifo nosso). De modo mais claro, a Ergologia “[...] tenta desenvolver simultaneamente no campo das práticas sociais e com a finalidade de elaboração de saberes formais, ‘dispositivos a três polos’, **por toda parte onde é possível**”, sendo que, para isso, busca “**confrontação dos saberes entre si**” e “[...] confrontação dos saberes com as experiências de atividade como matrizes de saberes” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p. 25, grifo nosso).

Durrive e Jacques (2010, p. 295) explicam também que o prefixo grego “ergo” significa “ação, trabalho, obra”, apontando para a energia e vitalidade do trabalhador. A Ergologia, portanto, ao se voltar para o mundo do trabalho, faz sua análise colocando-se tanto quanto possível “do ponto de vista daquele que trabalha” e concentrando-se sobre “a relação que a pessoa estabelece com o meio no qual ela está engajada”. Ela busca analisar as situações em sua complexidade singular, procurando compreender as situações de trabalho a partir do entrelaçamento entre os aspectos visíveis e invisíveis que as constituem para, com base num parecer, vislumbrar um rearranjo. Assim, analisar a atividade é dar conta da sensibilidade, estratégia e inteligência que há nas situações de trabalho para descobrir tudo o que impede as pessoas de usarem todas as suas potencialidades. Parece difícil, com efeito, encontrar justificativas lúcidas para “enquadrar” essa proposta como paradigmática e amputar as relações fecundas que

podem germinar dos muitos possíveis diálogos entre saberes conceituais/acadêmicos e entre estes e os saberes dos trabalhadores.

Além do mais, é sabido que entre os objetivos da Ergologia está o de “promover uma abordagem transversal para compreender os meios de trabalho em sua globalidade” (HENNINGTON; CUNHA; FISCHER, 2011, p. 6), transversalidade essa que, assim como os demais objetivos da Ergologia, é promovida por meio de atividades intercambiáveis de pesquisa e de uma dinâmica de troca de saberes atenta às implicações epistemológicas da produção de conhecimento, nos diversos campos, mantendo a confrontação com a experiência sempre singular do trabalho individual e coletivo e com apropriação crítica dos saberes disponíveis sobre o trabalho humano (HENNINGTON; CUNHA; FISCHER, 2011, p. 6).

Assim, é preciso cuidado e reflexão antes de qualquer asseveração a respeito de se “paradigmatizar” a Ergologia, uma vez que paradigma associa-se a consenso, isolacionismo, e fazer Ergologia requer transversalidade, pluridisciplinaridade, desconforto intelectual, reaprendizagem constante. Não parecem propostas demasiadamente contraditórias?

6. COMO ENTENDER A BASE CONCEITUAL DA ERGOLOGIA?

Os conceitos centrais com os quais a abordagem ergológica trabalha são: trabalho prescrito – o trabalho pensado teórica e antecipadamente, definido de modo externo e imposto aos trabalhadores (SCHWARTZ, 2010b); tarefa – não é o trabalho, mas aquilo que é demandado ao operador, aquilo que constrange sua atividade, a determina e a autoriza (GUÉRIN et al., 2001); normas antecedentes, que ultrapassam aspectos físicos ou técnicos e são permeadas por valores culturais e sociais, por costumes e hábitos criados nos coletivos de trabalho (NOUROUDINE, 2011); valor – o peso que se atribui às coisas, um corte próprio a cada um a propósito do qual se considera ou se rejeita algo (SCHWARTZ; DURRIVE, 2001); renormalização – consequência do desencontro entre os valores que permeiam as normas antecedentes e os valores dos trabalhadores, é a gestão das variabilidades (SCHWARTZ, 2011); atividade – remete à atividade interior da pessoa no trabalho, uma efervescência que é invisível, mas largamente responsável pela eficácia, sendo, de alguma forma, aquilo que se passa na cabeça do trabalhador em diálogo com seu meio, um diálogo no qual “os outros” têm um papel capital (DURRIVE; JACQUES, 2010); uso de si – quando se diz que trabalho é uso de si, isso quer dizer que há não execução, mas uso, pois é o indivíduo no seu ser que é convocado; são, mesmo no

inaparente, recursos e capacidades infinitamente mais vastos que os que são explicitados, que a tarefa cotidiana requer (SCHWARTZ, 2000).

Partindo da atividade humana, podemos convergir esses conceitos. Em Ergologia, atividade é um misto de visível e invisível, uma articulação entre duas dimensões, chamadas por Schwartz (2010a) de registro um e registro dois, ou ainda de trama e urdidura, respectivamente. Conforme explica o autor, a trama corresponde a regras, prescrições, leis, conjuntos de procedimentos e meios, tudo o que pode ser escrito, transmitido facilmente; a urdidura é o que é da dimensão própria da atividade humana: lidar com a trama. Trata-se do investimento nas situações de trabalho, efetuado por indivíduos sempre únicos e singulares, com suas histórias e suas experiências, seus corpos, seus desejos e suas expectativas. Para compreender como se opera isso que chamamos tradicionalmente de atividade técnica, é preciso integrar, articular, procurar sempre numa situação os efeitos de trama e os efeitos de urdidura. Machado et al. (2007), nesse sentido, pensam o trabalho como gestão e mostram que o trabalho é a produção de uma atividade, é criação de atividades e criação de si próprio no processo dessa criação, ou melhor, criação de si e do trabalho no próprio processo de trabalhar.

É preciso então compreender a concepção de trabalhador em Ergologia. Ela não utiliza conceitos de subjetividade, intersubjetividade ou processos de subjetivação, mas sim de “‘corpo-si’, árbitro no mais íntimo da atividade”, “que não é um ‘sujeito’ delimitado, definido, mas uma entidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 196). Conforme os mesmos autores, o corpo-si é o árbitro e gestor das variabilidades e escolhas entre o trabalhar “por si” e o trabalhar “pelos outros”, gestão essa que passa por economias do corpo, por sinalizações sensoriais e visuais. Há um tipo de inteligência do corpo que passa pelo muscular, pelo neurofisiológico, mas que em seguida passa na inconsciência do próprio corpo. Então, a entidade que escolhe não é inteiramente biológica, nem inteiramente consciente ou cultural, e é por isso que a ideia de “corpo si” é posta pelos autores como preferível à ideia de subjetividade, pois assim tem-se a vantagem de não veicular certo número de possíveis mal-entendidos ou de evidências que criam obstáculos, uma vez que todo conceito carrega consigo uma história, apostas e valores. Nas palavras de Lima e Bianco (2009, p. 646-647), a compreensão da singularidade e complexidade do trabalho permite entender o trabalhador como ser humano: “[...] com instintos, emoções, necessidades, escolhas e decisões. Decisões que são tomadas, muitas vezes, com base em experiências passadas com ação no presente e efeito no futuro”.

É a compreensão desse conceito central que permite entender que “[...] todo sujeito, todo grupo humano no trabalho é um centro de vida, uma tentativa de apropriação do meio, e sua vida no trabalho não é uma cerca separada de sua ambição de vida global” (SCHWARTZ, 2011, p. 30), e isso faz com que as escolhas dos trabalhadores em sua atividade sejam determinadas pelos valores que eles carregam consigo. Para Schwartz e Durrive (2012), o indivíduo não inventa seus valores, mas retrabalha incessantemente aqueles que o meio lhe propõe, singularizando-os parcialmente. Schwartz (2010b) afirma então que as escolhas – conscientes ou inconscientes – são feitas em função dos valores e são eles que levam à atualização das normas pelos trabalhadores, ou seja, às renormalizações. Isso permite compreender o trabalho como um uso de si, do que decorre que haverá sempre uma defasagem entre o trabalho prescrito (trabalho como demandado pela organização) e o trabalho como realmente acontece, fazendo da atividade o lugar de reapreciação e de julgamentos sobre os procedimentos e processos, ligando um vaivém entre o micro do trabalho e o macro da vida social (SCHWARTZ, 2011).

Devemos lembrar, entretanto, que aqui o propósito não é reafirmar definições de modo fechado, mas sim fazer provocações que possam nos levar a compreender a amplidão por trás desses conceitos. Devemos, então, buscar compreendê-los não como partes, mas como um todo integrado. Mas qual seria a relação entre eles? Qual o ponto de partida para compreendê-los de modo conjunto? Uma vez que a Ergologia preocupa-se com o trabalho como uma atividade humana, para encontrar um caminho de elucidação quanto a esses questionamentos, devemos perguntar antes: o que é viver? E o que é o homem no mundo? Essas perguntas não são fáceis e nem se pretende aqui encerrá-las. Pelo contrário, pretende-se ampliar a questão dos conceitos, abrindo o olhar ao todo que os permeia sem fixar-se em um ponto específico. O pesquisador da atividade deverá buscar na Ergologia e na atividade suas respostas. Podemos, entretanto, apontar três aspectos essenciais para compreender a base conceitual de modo articulado e integrado.

A primeira delas é que “[...] a concepção de homem no mundo é o ponto de partida da reflexão do filósofo Yves Schwartz, [...] ele raciocina a partir do ‘meio de vida’, entendido num sentido preciso” (DURRIVE, 2011, p. 48). Mas qual seria esse “sentido preciso” do meio de vida?

O meio de vida designa, no caso presente, não o ambiente natural ou as condições sociais que possamos analisar independente dos pontos de vista individuais, mas o mundo tal como cada um tende a reconstruir em torno de si, a fim de viver como ser singular (DURRIVE, 2011, p. 48).

Partindo do fato de que “[...] o que caracteriza o homem é, na verdade, a capacidade de se mover dentro de um universo de normas” (DURRIVE, 2011, p. 49), e considerando que “[...] todo homem quer ser sujeito de suas normas” (CANGUILHEM, 1947, p. 136), podemos afirmar que “viver é irradiar”, ou seja, viver é organizar o meio em função de si como centro de avaliação, de valorização, de decisão concernente ao seu próprio agir (DURRIVE, 2011), uma vez que as normas não são leis naturais e necessitam de “homens normativos” (CANGUILHEM, 2011). Assim, quando se fala em normas antecedentes, renormalização, valor, uso de si, atividade humana, enfim, quando se observam os conceitos da Ergologia, percebe-se que tudo isso está em jogo no ato mesmo de viver, de tentar viver de acordo consigo mesmo num ambiente em parte imposto, em parte coercitivo, mas em parte modificável, sendo que esse processo será sempre debatido e atualizado, renormalizado por usos de si.

O segundo ponto a se observar como pano de fundo dos conceitos é que o trabalho é também uma atividade intelectual, uma vez que, para executá-la, é necessário antes pensar. Mas, do mesmo modo que é preciso aprender a fazer, também se aprende fazendo. Assim, “[...] é preciso operar uma análise interna da atividade para perceber particularmente aquilo que ela comporta de conceitualização” (PASTRÉ, 2006, p. 109).

Devemos compreender que toda atividade é, de um lado, aplicação de um protocolo e, de outro, um encontro de encontros a gerir. Desse modo, por mais prescrita que possa ser uma atividade, o que vai orientá-la e guiá-la na sua execução é também o conhecimento a respeito da situação de trabalho do operador, em outras palavras, “[...] é a partir da situação na qual se encontra o operador que ele vai organizar sua ação e mobilizar eficazmente certo número de conhecimentos” (DURRIVE, 2011, p. 59), ou seja, ele vai renormalizar, gerir seu fazer baseando-se também em suas próprias normas, muitas delas vindas à tona somente no momento da ação. Deve-se considerar ainda que é impossível a ele pensar integralmente a situação de modo antecipado, do que resulta a dupla necessidade de pensar ao agir, sendo que um reforça o outro, fazendo da atividade algo intelectual e algo vital (DURRIVE, 2011). Em outros termos, “[...] não há atividade que não comporte, mesmo que minimamente, uma parte de aprendizagem” (RABARDEL; PASTRÉ, 2009, p. 232).

Se articularmos esses dois pontos, seria possível dizer então que relacionamos um “meio de vida” com um “meio de aprendizagem”? E qual seria a implicação dessa relação para uma pesquisa ergológica?

A implicação é o terceiro ponto aqui apontado como fundamental para se compreender de modo abrangente a abordagem ergológica: os saberes portados e

formulados pelo pesquisador devem ser lançados para confronto com os portadores da experiência, os portadores da aprendizagem estabelecida na atividade e nos meios de vida. O trabalhador é, nesse sentido, o elemento central da investigação da abordagem ergológica: “[...] o trabalhador, o produtor, ou melhor, os trabalhadores singulares que compõem o grupo que corresponde a um dado posto de trabalho, ‘territorizado’, isto é, identificado num contexto preciso, enquanto lugar único, que não se pode repetir” (ODDONE, 2007, p. 52). Essa perspectiva é de fundamental importância para a construção metodológica de qualquer abordagem ergológica, pois permite a construção de um saber que é fruto de trabalho cooperativo, cuja filosofia essencial reside não só no fato de dispor dos saberes e conceitos, mas também no fato de reconhecer o saber do outro, na medida em que ele é também permanentemente portador de diferenças recriadoras em sua atividade. Em outros termos, o pesquisador deve “[...] estar igualmente disponível para aprender com ele” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a, p. 265).

Desse modo, podemos então elucidar que, por trás dos conceitos da Ergologia, o que se tem como pano de fundo são os meios de vida, os meios de aprendizagem e o confronto entre saberes acadêmicos e saberes imanentes à atividade. Essas veredas devem ser imprescindivelmente trilhadas pelo pesquisador da atividade. Nesses caminhos ele encontrará outros questionamentos indispensáveis e produtivos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões aqui levantadas, além de elucidar pesquisadores da atividade sobre seus conceitos e cuidados necessários e abrir caminho para novas e mais aprofundadas reflexões, apontam que a Ergologia só se torna eficiente ao tornar-se epistêmica e que a epistemologia, enquanto implementação, é um processo ergológico. Ou seja, os processos ergológicos não se desdobram nem são encontrados se não estiverem penetrados pela exigência epistêmica, ponto de partida das reflexões. Logo, ela deve surgir para regular a abordagem dos processos ergológicos, visando uma ambição argumentativa coerente, característica dos conjuntos conceituais.

Esse ajuste se dá como um acordo inicial perpetuamente reconduzido, sendo que a dualidade de cada ponto de vista tem sua parte de legitimidade, não havendo solução definitiva. A exigência epistêmica irá polemizar com as aderências históricas e os resíduos de singularidades, sendo que ignorá-la significa derivar rumo ao obscurantismo. A exigência ergológica, por sua vez, limita o poder epistêmico no campo ergológico,

amenizando o risco de uma deriva manipuladora. Ignorá-la significa valorizar a prática de um parecer que mascara suas próprias escolhas valorativas.

Eugène Delacroix dizia que trabalhar é muito mais que produzir obras, é dar valor ao tempo. À luz da Ergologia podemos dizer que compreender o trabalho humano não é apenas compreender como obras são produzidas e serviços são prestados, mas também entender como a história é feita, quais valores são criados, recriados e tecidos socialmente nesse processo dinâmico. Compreender a atividade é, nesse sentido, ser “protagonista ativo no mundo”, o que requer não apenas a apreensão de saberes acadêmicos e conceituais, mas ainda a apreensão das singularidades históricas e das normas que permeiam os coletivos e os modos de vida no trabalho.

Portanto, por um lado, as preocupações epistemológicas e metodológicas são essenciais e, por outro, é preciso ter em mente que uma parte é inantecipável, e é justamente nesta parte que mais se deve buscar compreender os campos de debates entre normas antecedentes e renormalizações que produzem história e singularidades em todos os níveis.

AGRADECIMENTOS

Indispensável registrar meus agradecimentos aos avaliadores, pela pertinência e riqueza dos comentários e sugestões que em muito contribuíram para o aprimoramento deste trabalho. Agradeço, ainda, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), financiadora desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ARAÚJO, I. L. **Introdução à filosofia da ciência**. Curitiba: Editora da UFPR, 1993.

ATHAYDE, M.; BRITO, J. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

BRITO, J. E. Reflexões epistemológicas sobre a ergologia. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, 2006, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEd, 2006. 1 CD-ROM.

BRITO, J. E.; ARANHA, A. V. S. A construção metodológica na pesquisa sobre atividade de trabalho a partir da abordagem ergológica. **Trab. Educ. Saúde**, v. 20, n. 1, p. 85-101, jan./abr. 2011.

- BRUYNE, J.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1987.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.
- CANGUILHEM, G. Milieu et normes de l'homme au travail. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. 3, p. 120-136, 1947.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CUPANI, A. **A crítica do positivismo e o futuro da filosofia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985.
- DAVIDSON, D. **Inquiries into truth and interpretation**. Oxford: University Press, 2001.
- DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Trab. Educ. Saúde**, v. 9, supl. 1, p. 47-67, 2011.
- DURRIVE, L.; JACQUES, A. M. O formador ergológico ou "Ergoformador": uma introdução à ergoformação. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010. p. 295-307.
- DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. Revisões temáticas: glossário da Ergologia. **Laboreal**, v. 4, n. 1, p. 23-28, 2008.
- GUÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da rrgonomia**. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.
- GRAYLING, A. C. **Epistemology**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.
- HENNINGTON, E. A.; CUNHA, D. M.; FISCHER, M. C. B. Trabalho, educação, saúde e outros possíveis: diálogos na perspectiva ergológica. **Trab. Educ. Saúde**, v. 9, supl. 1, p. 5-11, 2011.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LADRIÈRE, J. Prefácio. In: BRUYNE, J.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os polos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1987.
- LIMA, E. L. N.; BIANCO, M. de F. Análise de situações de trabalho: gestão e usos de si dos trabalhadores de uma empresa do ramo petrolífero. **Cadernos Ebape Br**, v. 7, n. 4, p. 629-648, dez. 2009.
- MACHADO, L. et al. Apontamentos sobre o cotidiano de alguns trabalhadores. In: JUNQUILHO, G. S. et al. (Org.). **Tecnologias de gestão: por uma abordagem multidisciplinar**. Vitória: EDUFES, 2007. v. 2, p. 173-197.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio teórico? **RAC**, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar./abr. 2011.
- MEZADRE, S. B. B.; BIANCO, M. F. Análise ergológica da gestão das atividades dos técnicos em eletrônica. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8., 2011, Resende. **Anais eletrônicos...** Resende, 2011. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos11/50514608.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2012.
- NOUROUDINE, A. Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais trabalho? **Trab. Educ. Saúde**, v. 9, p. 69-83, 2011.
- ODDONE, I. Experiência. **Laboreal**, v. 3, n. 1, p. 52-53, 2007.

PASTRÉ, P. Apprendre à faire. In: BOURGEOIS, E.; CHAPELLE, G. (Dir.). **Apprendre et faire apprendre**. Paris: PUF, 2006. p. 109-121.

RABARDEL, P.; PASTRÉ, P. **Modèles du sujet pour la conception**: dialectiques activités développement. Toulouse: Octarès Ed. 2009.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trab. Educ. Saúde**, v. 9, p. 19-45, 2011.

SCHWARTZ, Y. A trama e a urdidura. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010a. p. 103-109.

SCHWARTZ, Y. Reflexão em torno de um exemplo de trabalho operário. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010b. p. 37-46.

SCHWARTZ, Y. Disciplina epistêmica, disciplina ergológica – paidéia e politeia. **Pro-Posições**, v. 13, n. 1, p. 126-149, jan./abr. 2002.

SCHWARTZ, Y. Ergonomia, filosofia e exterritorialidade. In: DANIELLOU, F. (Coord.). **A Ergonomia em busca dos seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2001. p. 141-180.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 7, p. 38-46, jul./dez. 2000.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. O homem, o mercado e a cidade. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010a. p. 247-273.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. Trabalho e ergologia. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010b. p. 25-36.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. Proposition de “**Vocabulaire Ergologique**”. 2001. Disponível em: <www.ergologie.com>. Acesso em: 01 jul. 2012.

SOUZA, E. M. de; BIANCO, M. F. A ergologia: uma alternativa analítica para os estudos do trabalho. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGÍA DEL TRABAJO, 5., 2007, Montevideo. **Anais...** Montevideo: ALAST, 2007.

Edvalter Becker Holz

Graduação (UFES, 2011) e Mestrando em Administração (UFES, 2012) pelo programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm/UFES). Pesquisador do Grupo de Estudos em Trabalho, Ergologia e Gestão (GETERGE), vinculado ao Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades (NETES).